
NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

SCHWANTES, Milton: *A família de Sara e Abraão*: texto e contexto de Gênesis 12-25. — Petrópolis: Ed. Vozes, 1986. 91 pp., 21 x 13,5 cm. Co-edição: Ed. Sinodal, São Leopoldo

O presente volume reúne trabalhos do A., referentes a Gn 12-25, já publicados alhures, exceto o estudo sobre Gn 17. No cap. I, o A. explicita suas premissas metodológico-hermenêuticas. Pretendendo ir além da teoria documentária e da teoria da formação do Pentateuco a partir de temas, o A. dá prioridade às perícopes, unidades menores, nas quais estaria conservada a memória das lutas do povo. Tais perícopes só são devidamente compreendidas quando colocadas no seu contexto sócio-político-econômico-histórico. O contexto explica o texto e vice-versa. Na assim chamada "metodologia histórica" (83), o papel do redator e do texto final ficam reduzidos a dimensões mínimas. Uma primeira mostra da aplicação do método é feita através do estudo de três perícopes: Gn 22, 1-19 (contestação popular contra a prática de sacrificar crianças, por parte do Estado), Gn 12, 10-20 (expressão da revolta feminina contra a coisificação da mulher pelos homens), Gn 16 (originado nos círculos de escravas, manifesta a revolta delas diante de tal situação). O cap. II (31-43) mostra como, apesar de aparentemente o elemento masculino impor-se em Gn 12-25, de fato as mulheres são mais tematizadas que os homens. Uma razão sociológica explica a convivência de textos de marcas tão diversas: na resistência contra as cidades-estados, era preciso que os pastores ou camponeses (Gn 13) solidificassem a unidade clâmica, dando espaço também às mulheres (Gn 12, 10-20). No cap. III (45-50), fazem-se breves considerações em torno de Gn 12, 1-4. O texto expressaria a insatisfação dos trabalhadores da "roça" revoltados com a ineficiência da máquina do Estado. O cap. IV é o mais longo (51-84) e o mais acuradamente elaborado. Localizado no contexto do exílio babilônico, Gn 17 expressa a luta de um povo oprimido, buscando garantir sua identidade. É a manifestação do "clamor dos oprimidos" num texto teológico. O cap. V (85-90) detém-se em Gn 22, 1-19. Aí se retoma, em forma de meditação, o que foi dito nas pp. 21-23.

A "metodologia histórica", sem sombra de dúvida, dá ao texto uma vivacidade não oferecida por outras metodologias. O texto adquire sua dimensão de palavra significativa para uma determinada comunidade, num momento histórico preciso. Nele são expressos os anseios, sofrimentos e lutas da comunidade. Uma suspeita porém permanece: julgando uma sociedade cronologicamente tão distante de nós, com categorias de nossa época, não corremos o risco de projetar no passado o presente? O A. parece projetar nas sociedades clâmicas que aborda, problemáticas tipicamente modernas: a imoralidade do capitalismo selvagem, a consciência dos direitos da mulher, a questão fundiária, o problema da dignidade humana. Seria ingênuo pensar não existir naquela época distante a problemática de fundo de nossa época.

Porém, para quem conservou a tradição daquelas perícopes as coisas eram tão claras e conscientes como são para nós? Os textos teriam, de fato, as finalidades primeiras indicadas pelo A.?

Por outra parte, a fixação no sociológico diminui a dimensão teológica dos textos. As perícopes assemelham-se a panfletos de contestação social. Isto seria pouco para levar a comunidade bíblica a guardar tão ciosamente seus escritos. Por exemplo, no caso de Gn 22, sem dúvida existe aí uma polémica aberta contra o costume dos sacrifícios humanos, em voga nos cultos cananeus, com os quais a fé javista corria o risco de imiscuir-se. O autor quer preservar a pureza da fé.

Reconhecendo o valor e a fecundidade da metodologia histórica e sem desprezecer os resultados de sua aplicação, é preciso, contudo, estar atento a seus limites e completá-la com outras abordagens válidas do texto escriturístico.

Jaldemir Vítório S. J.

MONLOUBOU, Louis: *Os profetas do Antigo Testamento.* / Tradução (do francês) Benôni Lemos. — São Paulo: Ed. Paulinas, 1986. 84 pp., 23x16cm. (Coleção: cadernos bíblicos; 39) ISBN 85-05-00457-4

Os interessados no tema “profetismo” poderão valer-se, com grande proveito, da obra de L. M.. Numa linguagem simples e acessível, o A. oferece uma visão global do profetismo no AT, sem deter-se em minúcias técnicas e detalhes de pouco interesse para o grande público.

O opúsculo é dividido em cinco capítulos. O primeiro e o quinto formam uma espécie de moldura *histórica*. Aí se estudam os albores e o declínio do movimento profético, considerando-se também as raízes extra-bíblicas de tal movimento e seu desembocar na tradição neotestamentária. O capítulo segundo trata de temas de caráter *literário*, tais como formação da literatura profética, gêneros literários, pregação profética, atos simbólicos. O capítulo terceiro parte da dimensão *institucional* do profetismo e estabelece a relação, quase sempre conflituosa, dos profetas com as outras instituições de Israel, quais sejam culto, realeza, sabedoria. O capítulo quarto é de cunho *teológico* e explicita o conteúdo da fé dos profetas, sua visão da história e concepção de esperança. Uma pequena bibliografia comentada encerra o volume.

Dois senões a respeito da tradução. Na p. 27, a expressão “de origem estrangeira” seguramente não respeita o sentido do original francês. É tradução literal. Na p. 34, o termo “hebetado” poderia ter encontrado outros substitutos. Trata-se de uma palavra rara em português que distoa no contexto deste tipo de tradução.

Esquemática e sintética, às vezes em demasia, a obra não faz jus à imensidão de volumes já publicados sobre o tema profetismo. A coleção na qual ela está inseri-

da justifica seu caráter. Mais não lhe pode ser pedido. Todavia, se o opúsculo chega a aguçar o interesse dos leitores por esta temática tão atual, já seria cheio de méritos.

J. V.

BOSETTI, Elena – PANIMOLLE, Salvatore A.: *Deus-Pastor na Bíblia: solidariedade de Deus com seu povo.* / Tradução (do italiano) Benôni Lemos. – São Paulo: Ed. Paulinas, 1986. 122 pp., 20x13 cm. (Coleção: temas bíblicos) ISBN 85-05-00585-6

Com o fenômeno da urbanização e da industrialização, os elementos da cultura rural agropastoril vão se distanciando do nosso horizonte. Se perguntássemos a alguém da cidade – você já viu um pastor? – seguramente sua resposta seria negativa. Isto não faz parte de seu horizonte cultural. Talvez numa fotografia ou no cinema teria passado diante de seus olhos a imagem do pastor conduzindo seu rebanho. Mesmo assim continuamos a cantar nas nossas igrejas, com entusiasmo – “O Senhor é meu pastor...” (Sl 23). Na comunidade eclesial, existem aqueles a quem chamamos pastores. Embora estejamos na era da cibernética, o livro inspirador da nossa fé tem suas raízes numa cultura clâmica, pastoril, nomádica. A presente obra ajuda-nos a compreender uma afirmação teológica tão difundida, cujo ambiente de origem nos é desconhecido – Deus é pastor.

O livro divide-se em três partes. Na primeira (7-60), *E. Bosetti* estuda o tema do Deus-Pastor, fazendo um quadro de sua ocorrência no mundo extra-bíblico, para depois abordá-lo no AT e no NT. A imagem de Deus-Pastor não é originária nem exclusiva de Israel. No Antigo Egito, a divindade era cognominada Pastor, no sentido de protetora da vida do rei, na eternidade. Visão esta posteriormente alargada. Na Mesopotâmia, aplicado à divindade, “Pastor” chama a atenção para a proteção dispensada a todos os indivíduos na presente vida. Bondade, providência, proteção, imortalidade são os traços salientes desta visão de Deus-Pastor. No AT, o tema aparece em todas as tradições. Partindo dos vocábulos pastor-apascentar, ovelha-rebanho, a A. chega a quatro diferentes grupos de sentido: (a) o pastor como condutor do rebanho (guia); (b) o pastor como o que providencia sustento e segurança para o rebanho (providência); (c) o pastor como quem procura, reúne, salva, defende do perigo as ovelhas (libertação); (d) o pastor como quem faz um pacto com suas ovelhas (aliança). No NT, a figura do pastor assume um caráter cristológico. Jesus é o verdadeiro e definitivo pastor. A ele se aplicam as quatro dimensões supracitadas, nos Sinóticos, em Jo, Hb e 1 Pd.

A segunda parte (61-79) consiste no estudo de *S. Panimolle* sobre “O Bom Pastor em João e Lucas”. De João, são estudadas duas perícopes: Jo 10, 1-21, onde

está expressa a missão salvífica e a função de mediação de Cristo, o bom pastor; Jo 21, 15-17, onde Pedro é constituído pastor do rebanho de Cristo. O exercício deste pastoreio deve basear-se num amor imenso e superior a Jesus Cristo. O A. estuda também Lc 14, 4-7, a parábola da ovelha perdida e procurada ciosamente pelo pastor que a considera preciosa e se alegra ao encontrá-la.

Outro estudo de E. Bosetti, "A regra pastoral de 1 Pd 5, 1-5", constitui a terceira parte da obra (81-122). Aí apascentar é dito dos presbíteros em relação à comunidade, "o rebanho de Deus". A perícopes explicita como deve ser este pastoreio, num contexto eclesial de perseguições e dificuldades. A figura de Cristo aparece numa perspectiva escatológica — o Supremo Pastor, o *archipoimén*, o pastor dos pastores.

Talvez, por dificuldades tipográficas, as transliterações do hebraico, na primeira parte, são capengas. Tomemos, como exemplo, os termos-chaves do livro — pastor e apascentar. Não distinguindo o *aleph* do *ayin*, as transcrições das pp. 18, 20 *passim* confundem-se com "ver" e "vidente". Isto porém é de somenos importância, considerando-se o público a que se destina este livro.

Em todo caso, o trabalho de E.B. e S.P. pode ser de grande valia para os assim chamados "pastores" de nossa Igreja. Aí eles teriam um ponto de referência bíblico seguro para avaliar o exercício de seu ministério pastoral. Oxalá o façam!

J. V.

FRANGIOTTI, Roque: *A doutrina tradicional da Providência: implicações sócio-políticas.* — São Paulo: Ed. Paulinas, 1986. 195 pp., 20x13 cm. (Coleção: teologia hoje) ISBN 85-05-00452-3

Este livro é uma tese doutoral em Teologia, apresentada na Universidade de Estrasburgo (França). A primeira parte (17-74) estuda o significado de "providência" no mundo greco-romano, na Escritura e na tradição teológica (Agostinho, Tomás). Um bom resumo do material sobre o assunto.

A segunda parte (75-135) mostra a relação entre providência e poder político. A "teologia política" de Eusébio de Cesaréia abandona a atitude crítica de Jesus e do Apocalipse e vê no Império Romano "uma obra cuidadosamente preparada e querida pela Providência divina" (92). Naturalmente a posição de Agostinho não podia faltar: ele consegue sublinhar o acato à autoridade como oriunda de Deus sem absolutizar cada ato concreto da política. De Agostinho o A. dá um salto a Bossuet, "teólogo da Providência e do rei" (absolutista) (110). Na defesa da teocracia Bossuet assume e "batiza" o que os filósofos pagãos disseram do Império Romano. "Batismo" bem insuficiente sem dúvida, pois não toca intrinsecamente a ideologia de fundo. Por fim, o A. mostra a persistência da doutrina da Providência no sentido da submissão à ordem estabelecida e conformismo com a situação política, até os

documentos pontifícios do século passado e mesmo deste século (Paulo VI aos camponeses colombianos).

A terceira parte (137-181) mostra como a doutrina da providência é apresentada como justificativa da desigualdade das classes sociais. Lendo-se os textos aí citados (da Patrística ao séc. XIX), tem-se que aceitar que a religião serviu, de fato, como “ópio do povo”.

Na conclusão (182-188), o A. resume em três pontos sua intenção. Nos dois primeiros aponta os perigos do “discurso tradicional sobre a providência divina”: 1. leva ao imobilismo social e ao conformismo com a ordem vigente, por mais injusta que seja; 2. dissimula a desigualdade entre os homens com uma pretensa igualdade perante Deus (numa linguagem que o A. não usa: serve de ideologia para a classe dominante). No terceiro ponto, abre perspectivas para um discurso libertador sobre a providência. Em Cristo o homem se liberta da fatalidade. “A teologia deve mostrar que não há uma fatalidade histórica nem na situação de pobreza nem na situação de opressão ou de injustiças, mas responsabilidades pessoais e de grupos humanos. Anunciar, então, o Deus providência será talvez verificar na vida de cada dia a prática deste apelo de liberdade, de responsabilidade do homem diante da vida e diante da história. Crer na Providência não é acreditar que Deus interferirá por qualquer ação para alterar as condições de finitude ou alienantes. É sair da interpretação ontológica por via da causalidade para uma interpretação por via da política onde nós somos a providência para nossos irmãos” (188).

O livro poderia ser caracterizado como uma “silva rerum” com materiais para a história da doutrina da providência. A não ser pela reação que provoca no bom senso do leitor, não oferece perspectivas de como falar hoje sobre o tema (exceto nas três últimas páginas). O trabalho propriamente teológico fica por fazer. É mérito do A. ter tornado facilmente acessível alguma matéria-prima.

F. T.

FEINER, Johannes – LOEHRER, Magnus (ed.): *Mysterium Salutis*. Compendio de Dogmática Histórico-salvífica. Vol. V/3: Do tempo para a Eternidade. A Escatologia. / Tradução (do alemão) Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. 319 pp., 23 x 16 cm.

Mais um volume traduzido da enorme empresa teológica, iniciada no espírito do Concílio Vaticano II por teólogos centro-europeus, de sistematizar sob o prisma da História da Salvação os resultados da atual Teologia pós-conciliar.

Este volume é dedicado à Escatologia com contribuições dos teólogos C. Schütz, H. Gross, K. H. Schelke e W. Breuning. Já no tomo anterior alguns temas escatológicos, tais como a morte e o purgatório, tinham sido tratados. Mas o mais importante da problemática escatológica concentra-se nesse volume.

Um primeiro longo capítulo trata da fundamentação geral da escatologia. Elabora os conceitos "escatologia" e "escatológico", depois traça uma breve história do tratado da Escatologia desde a patrística até a modernidade. Dedicada atenção especial à redescoberta atual da problemática escatológica e suas atuais metas. Em seguida detém-se o A. na questão hermenêutica dos enunciados escatológicos. O fundamento da escatologia vai encontrá-lo em Cristo, estudando de modo especial o significado do Crucificado ressuscitado. E termina-se tal capítulo básico com uma reflexão sobre a dimensão escatológica da existência cristã.

Dentro do esquema atual de teologar na Europa, depois dessa introdução localizadora da problemática, os capítulos seguem o percurso normal de sucessivas pesquisas levantando o dado bíblico do AT e NT, para depois entregarem-se à tarefa do desenvolvimento sistemático. Assim um longo capítulo recolhe os traços principais da escatologia da Escritura desde seus primeiros germens no AT até suas elaborações nos escritos apostólicos tardios.

A parte sistemática inicia-se com uma reflexão sobre a pessoa e obra de Jesus Cristo como fundamento, conteúdo e fim da consumação escatológica. Com esse pano de fundo cristológico, estuda-se o evento da Parusia, a estrutura encarnatório-trinitária da atividade consumadora de Jesus. Com categorias personalistas, reflete-se sobre a estrutura dialógica da realização humana e da ação soberana de Deus como comunhão pessoal.

Com esse tomo, já temos toda a coleção traduzida em português. Foi um feito editorial corajoso, devido ao tamanho e dificuldade da linguagem teológica, sobretudo de origem alemã. Esta obra oferece ao cristão uma abundante informação atualizada do dado revelado. Articula os dois momentos fundamentais da Teologia: *auditus fidei e intellectus fidei*. Procura sempre levantar na Escritura e na tradição patrística e dos teólogos o que se ensinou no passado sobre a questão em estudo para depois debruçar-se sobre tal dado com as perguntas da modernidade. Mesmo para um cristão latino-americano, situado em outro lugar social e cultural, esta obra, como um primeiro momento imprescindível, é importante. Com o material que ela oferece podemos repensá-lo à luz dos questionamentos que um Continente em transformação levanta. O grande objetivo da obra que ora encerra seu ciclo na tradução portuguesa, era redescobrir um sentido, um significado para o homem culto moderno de tantas verdades ensinadas, mas cuja significação pouco a pouco se diluía sob o impacto da problemática moderna. Operou-se verdadeira interpretação da interpretação. As interpretações antigas foram reinterpretadas para a mentalidade vigente na Igreja no pós-Concílio. De fato, essa obra, já pensada nos anos anteriores ao Concílio, mas embalada pelo espírito que eclodirá no Vaticano II, começou a sair em alemão no ano de 1965 para encerrar-se onze anos depois. Só agora que a possuímos toda traduzida. Os estudantes de Teologia encontrarão nela material abundante de leitura e de informação. Com ele, poderão trabalhar mais suas práticas pastorais e a partir delas também reapropriar interpretativamente esse mesmo material.

J. B. L.